



INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIOS COM A BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA: ESTUDO DE CASO DAS UFF E UFPI

NETTO, Marcia Ferreira
Universidade Federal do Piauí
marciapessoanetto@gmail.com

SANCHEZ, Marcela Maria Freire
Universidade Federal Fluminense

211

Resumo

A proposta é a partir do conceito da Educação em Patrimônios usada em Museus, repensá-la nas graduações em Biblioteconomia, Arquivologia e Arqueologia. Como o discente poderá desenvolver estratégias da educação patrimonial nos espaços de educação não formal, as bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos. Esses espaços são lócus de mediações socializadoras dos conhecimentos através das atividades educativas organizadas para esse fim. Nosso desafio é ampliar essa reflexão nos futuros profissionais desses campos epistemológicos distintos, mas que são atravessados pela fronteira tênue da educação em patrimônios.

Palavras-chaves: educação em patrimônios, ensino de Biblioteconomia e Arquivologia, ensino de Arqueologia e interculturalidade.

Summary

The proposal is based on the concept of Education for use in Heritage Museums, rethink it in the ranks of Library, Archival and Archaeology. How can the student develop strategies of heritage education in the areas of informal education, libraries, archives and archaeological sites. These spaces locus of socializing mediation of knowledge through educational activities organized for this purpose. Our challenge is to broaden this discussion four future professionals in these different epistemological areas, but which are crossed by fine line of heritage education.

Keywords: Heritage educational, teaching of Librarianship, Archivolgy, Archaeology and intercultural education.

INTRODUÇÃO

A estrutura do nosso artigo tem como base os relatos das experiências enquanto docentes do curso de Biblioteconomia e Arquivologia na UFF e Arqueologia na UFPI. No recorte temporal do primeiro semestre de 2013 até 2014. Nas respectivas universidades federais na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e na cidade de Teresina, no estado do Piauí, implantando em nossos planos de curso, discussões, seminários sobre o tema, Educação em Patrimônios, nos discentes em formação.



Sendo assim nosso texto será dividido em três partes: primeiro o registro da experiência com os discentes da UFF; no segundo momento, as experiências com os discentes da UFPI durante o percurso citado. E por fim, analisaremos nossas ações a partir do embasamento teórico dos seguintes autores e conceitos que serão desenvolvidos: Paulo Freire (2001) educação dialógica; Maria Glória Gohn (2011) educação não formal, Magaly Cabral (2001), e Manuelina Cândido(2001), Maria Cristina Bruno extroversão de saberes de acervos arqueológicos, e Nestor Canclini (1998) interculturalidade e patrimônios.

O aporte metodológico é a socióloga Cecilia Minayo (2001) em que afirma que o problema antes de ser acadêmico, deve partir da inquietação do mundo real. Sendo assim, percebemos a relevância da nossa reflexão sobre o tema em questão, pois permite ser um instrumento nas mãos dos futuros bibliotecários, arquivistas e arqueólogos, de inserir a educação em patrimônios e extroversão de seus saberes dentro e fora de seus espaços de atuação. Despertando na sociedade o potencial dessas instituições, que usualmente são considerados aparelhos de determinados grupos sociais, como pesquisadores e profissionais de determinadas áreas. É necessário estimular o potencial da educação em patrimônios nas bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, para a inserção dessa práxis, se torna importante construir novas mentalidades, e apropriações sociais partindo da educação formal, nesse caso das universidades. Afinal que tipo de profissionais qualificamos, e inserimos no mercado de trabalho? Ensinando uma prática dialógica e emancipadora, contribuiremos para a formação de jovens críticos de sua atuação social em políticas e ações patrimoniais.

Educação em patrimônios no curso de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia na UFF

Contextualizando, brevemente, o perfil dos discentes nos cursos de graduação, oriundos de classe social proletária, das periferias da cidade de Niterói e Rio de Janeiro, e concomitante para as duas graduações, isto é as disciplinas são oferecidas para os dois segmentos, tornando-se rica a experiência em sala de aula. A partir da disciplina Preservação e Conservação em Acervos, oferecidas no período já citado, foi incluído dentro do plano de curso a temática: Educação em Patrimônios, diante da necessidade de desconstruir e reconstruir as mentalidades, de preservar para não restaurar.

Susan Stewart (1984) afirma que é o distanciamento dos objetos no tempo e no espaço que os transforma em “objetos de desejo”: objetos “autênticos”,



que merecem ser buscados resgatados como parte representativa de um patrimônio cultural ou de uma tradição (...) As práticas de apropriação, restauração e preservação desses objetos são estruturalmente articuladas por um “desejo permanente e insaciável” pela autenticidade, uma autenticidade que é o efeito de sua própria perda.

Não, apenas o especialista no documento bibliográfico, arquivístico e arqueológico, mas toda a sociedade deve construir a mentalidade de preservar os seus patrimônios, em especial aqueles que estão sujeitos a perda de sua memória. Sendo assim a premissa de educar-se em patrimônios é uma tônica constante, porém sabemos que a realidade do conhecimento e apropriação dos patrimônios pela sociedade é outra.

Durante a disciplina além dos recursos pedagógicos das aulas expositivas, reflexões sobre determinados autores, Visitas técnicas e oficinas adaptadas em sala de aula, propomos seminários em que fossem discutidos tais temas, dentro deles Educação em Patrimônios.

A justificativa se deve a pouca publicação na área de Biblioteconomia e Arquivologia de Educação em Patrimônios, primeiramente diante da antiga mentalidade de serem cursos voltados para a técnica de sistematizar acervos bibliográficos e arquivísticos. Diante da consolidação dos campos epistemológicos e relações mais alargadas com a Ciência da Informação, isto é ampliação, em prol da Biblioteconomia e Arquivologia mais social, preocupadas em problematizar as relações das instituições com os seus públicos. Mas é necessário indagar-se: Quem são os públicos das Bibliotecas e Arquivos? O que procuram ler? Indagações complexas, pois dependem de inúmeros fatores, a partir do tipo de vínculo que estabelecem com as instituições que estão inseridas, como por exemplo: Biblioteca Nacional, Biblioteca de museus, Bibliotecas universitárias e escolares. Encontramos o mesmo raciocínio para as tipologias de Arquivos.

Diante do exposto, é relevante repensar as dinâmicas nas instituições Bibliotecas e Arquivos visando ações que as tornam mais receptivas e atrativas para o público do entorno. Algumas das questões prementes são: os transeuntes passam pelas bibliotecas e arquivos no percurso para o local de trabalho, e dificilmente entram nesses espaços sociais? Por que a construção da mentalidade que museus, bibliotecas e arquivos são inacessíveis? Ou, quem são os vizinhos dessas instituições sociais? É necessário romper com os estereótipos e paradigmas e trazer a sociedade para as instituições. Afinal são portadoras de registros, acervos e bens culturais produzidos pela mesma sociedade ao longo da História. Como diria o escritor Luis Carlos Borges, no conto Biblioteca de Babel, cada livro em uma biblioteca, são vozes



polifônicas silenciadas, que trazem as insígnias de dada cultura. E os arquivos são as memórias em silêncio da ação humana. Por que a censura nos arquivos públicos?

Poucos autores brasileiros, oriundos do campo da Biblioteconomia e Arquivologia refletem sobre essa perspectiva mais social, de trazer a sociedade para tais instituições. Destaco a publicação da bibliotecária Karin Carter (2004), a peculiaridade se deve por ser uma das publicações pioneiras, fora do eixo RJ-SP, a refletir sobre a temática, Educação Patrimonial e Biblioteconomia, além de realizar levantamento bibliográfico dos autores que discutem nas áreas. Interessante ressaltar que outras publicações mais recentes, são frutos como a já citada, dos Congressos em Ciência da Informação. Defendo a perspectiva da Educação em Patrimônios, por ser um conceito em disputa no campo da Museologia e Educação, infiro que patrimonial refere-se a uma práxis individual, e educação em patrimônios é uma perspectiva mais coletiva, processual e intercultural. Abrindo espaço para pensar Educação em Patrimônios enquanto uma metodologia gerida na fronteira entre a Museologia e Educação, mas que deve ser apropriada por outros campos epistemológicos para ampliar suas relações com a sociedade.

Durante as aulas apresentei o conceito de Educação em Patrimônios na perspectiva de Canclini, além de ter como apoio teórico, algumas autoras como Ana Paula Carvalho (2013) que defendem o usuário da biblioteca, enquanto a chave para a preservação, quando são estimulados por ações educativas. Outra estratégia foi desafiar o corpo discente para pensar e elaborar ações de educação em patrimônios, em seus estágios. Os resultados foram diversos. Dentro deles destaco a grande dificuldade de pensarem ações de educação patrimonial principalmente nos arquivos, além de relacionarem enquanto potencial de público apenas o escolar, esquecendo enquanto potencial de novos usuários, os segmentos: das associações de moradores, terceira idade, projetos sociais das ONGS.

Mas, como de fato viabilizar ações de educação patrimonial? Como proceder? Por onde começar? Muitos autores apontam, mas são poucos que dizem a metodologia. Diante da experiência de educação patrimonial em museus, e docente, sugiro realizar ações pontuais, como por exemplo: 1. Enquetes sobre o que o público do entorno desejaria conhecer sobre Biblioteca/ Arquivo; 2. Realizar Visitas guiadas abordando a história da instituição, abordando sua relação com o território e com a comunidade local; 3. Convidar a comunidade local a participar enquanto parceira do projeto de educação patrimonial da instituição; 4. Buscar captação de recursos e consolidação da política institucional para que o projeto não se torne



específico de determinada gestão; 5. Procurar elaborar uma divulgação das ações de educação patrimonial a partir da própria ida da instituição nas comunidades locais, além da divulgação formal, via redes sociais e impressos; e por último convidar, os usuários interessados a participarem, ou observarem Oficinas de Pequenos Reparos, dos livros e arquivos; 6. Criar uma biblioteca itinerante e arquivos digitalizados para consulta¹, a exemplo de atitudes alternativas já aprovadas.

Educação em patrimônios no curso de graduação em Arqueologia na UFPI.

O perfil dos nossos discentes é oriundo de vários municípios do estado do Piauí e de outros estados do país. A partir das disciplinas de Arqueologia Pública e Arqueologia em Museus discutimos a metodologia e reflexões sobre a extroversão dos saberes através de ações na área de Educação Patrimonial de cultura material.

Durante o desenrolar da disciplina, acompanhamos alguns trabalhos de campo e determinados sítios arqueológicos viabilizando a reflexão sobre o passo a passo no campo e a difusão desses saberes como se dá. Optamos por mapear os autores da Arqueologia que dialogam com a Educação Patrimonial. Verificamos que existem, porém, principalmente nos últimos quinze anos, o processo de consolidação desse diálogo no Brasil, principalmente devido à articulação e estímulo das Políticas Culturais na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, com a criação de leis e ações afirmativas de proteção e difusão dos saberes adquiridos nas pesquisas científicas.

Como referência nessa relação interdisciplinar analisamos o artigo publicado pela historiadora Manuelina Cândido, a museóloga Maria Cristina Bruno e a museóloga Katia Neves, em 2001, sobre a inserção da metodologia da educação patrimonial na Museologia, Arqueologia, Etnologia. Desenvolvemos uma dinâmica em sala de aula através de debates e ações diretas nos sítios arqueológicos e participação na montagem de uma exposição: “Pesquisa e Campo: Ciência entre alunos e professores” no Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, na ótica de difusão patrimonial.

¹ CORTEZ, Glauco. In Blog Educação Política mídia, economia e cultura – *Ex-morador de rua cria biblioteca ambulante e faz com que os livros cheguem a moradores de São Paulo*. Disponível em: <http://glaucocortez.com/2011/08/02/ex-morador-de-rua-cria-uma-biblioteca-ambulante-que-faz-com-que-os-livros-cheguem-a-moradores-de-rua-do-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em 06 de agosto de 2014



Como referência bibliográfica, destacamos os textos de Manuela Cândido, 2001, escrita em parceria com outros dois autores, intitulada: “A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros”, e da Maria Cristina Bruno, “Estudos de Cultura Material e Coleções museológicas”, ambas com experiência em Museus na área de Arqueologia produzem seus trabalhos através de provocações e discussões essenciais sobre as ações.

Verificamos que o abandono dos cursos de formação profissional, como por exemplo, em Antropologia, Arqueologia, História, Sociologia, entre outros, em relação à importância dos estudos de cultura material e, especialmente, no que tange aos princípios e práticas inerentes ao processo curatorial, tem legado novas gerações descomprometidas e despreparadas para o exercício e consolidação de cadeias operatórias de procedimentos técnicos e científicos relativos à salvaguarda e comunicação das coleções museológicas, fragilizando a atuação das instituições. Da mesma forma, a descontextualização dos programas de formação em Museologia no que corresponde, por exemplo, aos conteúdos arqueológicos e etnológicos relativos à história cultural brasileira permite que os profissionais egressos desta formação encontrem dificuldades no trato museográfico das coleções destas tipologias. Como consequência imediata do problema oriundo das formações profissionais, verificamos as dificuldades para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, fundamentais para a implementação de processos curatoriais de extroversão dos saberes desses patrimônios².

Na curadoria museológica de acervos arqueológicos, foram debatidos sobre seus avanços, retrocessos e desafios como missão institucional, inclusive a ampliação de entendimento entre os órgãos, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), ABRACOR (Associação Brasileira de Conservação e Restauração), entre outras, e a sociedade civil, objetivando uma parceria dialógica em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Destacamos e concordamos com a afirmativa dos autores quando declaram que:

a adoção de métodos e tecnologias não destrutivos nos trabalhos de campo e de laboratório dos projetos arqueológicos, a criação de programas interdisciplinares, como a “Musealização da Arqueologia” e a “Educação Patrimonial” e o estabelecimento de parcerias institucionais que visem aplicar ações educativas e preservacionistas foram propostos por serem notoriamente eficazes. (FORTUNA; POZZI; CÂNDIDO, 2001: 20)

² Cultura Material e Patrimônio de C&T. BRUNO, Maria Cristina. Estudos da cultura material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios.



Entendemos que para se dar a ação de extroversão do conhecimento, em forma de educação patrimonial de acervos arqueológicos, não podemos deixar de contextualizar sobre os teóricos que discutem a importância da recuperação e preservação da memória, tais como: Pierre Nora, *Entre História e Memória*, cujo relato trata do conceito de lugar de memória, Maurice Halbwachs, *Memória Coletiva* e Michael Polack, *Memória, esquecimento e silêncio*.

No caso da arqueologia e seus processos sistematizados de trabalho de campo, coleta e pesquisa na maior parte dos casos, os saberes e experiências e memórias não passam dos laboratórios e artigos científicos especializados. Esses procedimentos já tão sedimentados institucionalmente é que procuramos refletir para criar novas ações cuja memória revestida neles seja extrovertida e trabalhada nas ações de Educação Patrimonial.

E por fim, destacamos que a nossa proposta de discussão entre a Educação Patrimonial e Arqueologia, encontra-se no primeiro momento com os discentes das disciplinas do curso de graduação em Arqueologia, no UFPI. Como desdobramento estimularemos a ampliação dessa discussão além muros universitários, trazendo a comunidade local, a participar em aulas abertas, das nossas reflexões. Inclusive, sugerir ações no Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, que está em fase de Implantação.

Entrelaçando as experiências com os referenciais teóricos: É possível educação em patrimônios na perspectiva intercultural com bibliotecários, arquivistas e arqueólogos?

Diante das experiências narradas e registradas, e iniciando o diálogo com a inquietação proposta. Acreditamos que seja possível a devolução dos saberes nas pesquisas de acervos de cultura material, utilizando metodologias da educação em patrimônios na perspectiva intercultural com os nossos discentes. Para isso é necessário buscar uma prática docente dialógica, pautada em ações pedagógicas, culturais e lúdicas que permitam a troca de experiências entre a teoria e a práxis. Difundir a riqueza do contexto desses patrimônios com seus conteúdos simbólicos e utilitários, materiais e imateriais, permitindo que a devolução dos saberes, intrínsecos em sua memória façam parte do legado identitário das comunidades. Exposições, materiais didáticos, vídeos, Semanas Acadêmicas que divulguem os resultados dessas parcerias, e qualquer ação comprometida com o processo de ensino aprendizagem.

O psicólogo e educador Lev Vygotsky, *Em Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o



próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição.

Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo, a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, mediam a vida.

Conforme Freire (2001:6) a “escola não é o único espaço de veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que propiciam a interação de práticas pedagógicas diferenciadas, a modo a possibilitar trocas de experiências”. Portanto, pensemos em ações educativas fora do espaço escolar, nos museus, bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, como possibilidades de disseminar os saberes. Essas instituições sociais como lugar de memória, de encontro de pessoas, com idades diferenciadas, com histórias de vida e culturas distintas, verdadeiros lócus de educação além dos muros escolares, espaços de educação dialógica, promovendo as trocas dos saberes e experiências. Nesse sentido, o conceito de Freire sobre diálogo corrobora, quando afirma que na relação dialógica entre um e o(os)outro(s) que estabelecemos as bases para a educação libertadora. É na relação pautada na análise da realidade, buscando o debate aberto a críticas e as transformações sociais. Nesta relação o saber, não é uma mera transmissão, mas, um encontro de sujeitos interlocutores que procuram a “significação dos significados”. (FREIRE:2001)

Compreendendo que a educação é um processo contínuo inerente à condição humana, é uma responsabilidade coletiva a ser apropriada pela sociedade como um todo, que possui três dimensões: formal, não formal e informal. Apresentamos o conceito de educação não formal, sob a luz do referencial teórico da educadora Gohn (2011) em que define esse tipo de educação fora do espaço escolar e preocupado com mudanças sociais, apresentando laços de pertencimento, ajuda na construção da identidade coletiva, colabora para o empoderamento do grupo.

Vale ressaltar, a educação como um processo inerente à condição sócio histórica do homem, sabedores de sua inconclusão a sociedade ao longo da sua trajetória, procura saber mais. Essa busca constante é característica essencialmente humana, sobre esse processo de educação contínua do homem, Freire (1996:64) nos alerta “que na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”, isto é, a peculiaridade humana é marcada pela procura incessante de aprender algo mais. O desafio é refletir como



bibliotecas, arquivos e acervos arqueológicos podem contribuir para esse processo? A pista seria a partir da metodologia da Educação em Patrimônios.

Ao examinarmos a trajetória do conceito educação patrimonial no Brasil, autores, já abordaram sobre a temática. Mas, objetivamos ressaltar que o primórdio do termo se deve a Maria de Lourdes Horta, juntamente com Evelina Grunberg, responsáveis pela publicação, na década de 90, do Guia básico de Educação Patrimonial, editado pelo IPHAN, sendo a primeira referência no Brasil, da metodologia. A proposta de apropriação dos objetos dentro da lógica de alfabetização cultural, a partir do modelo de atividades sugeridas. Após 15 anos do Guia, o alargamento dos métodos e verifica-se uma ruptura com a perspectiva de alfabetização cultural, por meio da percepção de que vários sujeitos sociais são agentes legítimos de atribuição do status de patrimônio coletivo aos mais diferentes bens e manifestações culturais.

Nesse sentido, uma nova configuração se desenha, as ações de educação patrimonial se inserem na via de mão coletiva, por um lado fortalecendo o valor de determinados bens e, por outro, sendo instrumento de diálogo entre os profissionais da área e a comunidade local, e os demais segmentos sociais, o que resulta no alargamento do que sejam patrimônios culturais. Conforme as autoras do GUIA de Educação Patrimonial, atestam que:

(...) a educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia. (...) esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e a comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (...).pode ser aplicada a qualquer evidência material, ou manifestação da cultura, seja um objeto, ou conjunto de bens, um monumento, ou um sítio arqueológico (...) e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO:1999:06).

Destacamos, outra perspectiva de educação patrimonial, da especialista Manuelina Duarte Cândido (2009), que a partir dos referenciais teóricos de Cristina Bruno, reflete em seu artigo sobre a experiência de educação patrimonial, no trabalho de Arqueologia de contrato, em Minas Gerais, sobre o alargamento do conceito, ao defender que a educação patrimonial “já parte de um patrimônio dado e pretende estabelecer laços de apropriação (...), embora com uma intenção de estabelecer um olhar crítico sobre o mundo que nos cerca não abre espaço para uma possível negação do que é previamente apontado como patrimônio”, isto os bens culturais apresentados durante as oficinas de educação patrimonial, se detêm para os patrimônios consagrados, ou, como nas palavras da autora “deve ser valorizado”, mas neste



campo de disputa de valorações dos patrimônios, os silenciamentos, e espaços vazios, conforme a autora como de praxe, não são indagados os motivos do abandono. Isto é, concordamos com a autora quando provoca, ao afirmar que “educação em patrimônios deve ir mais além”, esse processo de ensino e aprendizagem, deve ser tomado como educação para a cidadania, em que os excluídos e marginalizados do processo histórico possam ser desvelados, inclusive nas ações de educação em patrimônios. (CÂNDIDO: 2009: 63)

Outra autora, que discute o termo educação patrimonial é a museóloga, Magaly Cabral (2001), em que discute o termo educação patrimonial na perspectiva mais ampliada, apontando que é um mecanismo de proporcionar o indivíduo realizar leitura do mundo que o circunda, o proporcionando o entendimento de uma perspectiva crítica da realidade.

Para entender o conceito de educação em patrimônios como uma metodologia de educação não formal nos: arquivos, bibliotecas e campos arqueológicos, é mister refletir que sociedade atual estamos inseridos. A sociedade contemporânea do século XXI é marcada por quebras de paradigmas, pela globalização, pela multiculturalidade e interculturalidade. E quem nos auxiliará a analisar esse panorama é Canclini (2009:17), apresentando dois modos de produção social, a primeira, nas relações interculturais “admite-se a diversidade de culturas” reforçando as diferenças e construindo políticas de respeito que geralmente estimulam a “segregação” E nas relações interculturais, “os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos”. Inferimos que a interculturalidade é o viés que permitiria estabelecer as ações de educação patrimonial nas instituições sociais referidas. E não podemos deixar de inserir a participação das comunidades de entorno dos sítios arqueológicos que precisam ser incluídas neste processo de difusão dos saberes, oferecendo um diálogo linear entre os projetos de pesquisa, e aqueles que fazem parte da própria história do elemento estudado.

Ainda o autor declara, em Culturas Híbridas, “não basta dar oportunidades iguais a todos, se cada setor chega ao consumo, no museu ou na livraria, com capitais culturais e habitus dispares” (CANCLINI:1998:156). As instituições com as quais dialogamos devem ser espaços de apropriações sociais e culturais de todos os segmentos, não apenas os segmentos da elite. Para Canclini, o patrimônio existe enquanto discurso e bens culturais que legitimam o mito fundador das elites, mantenedoras da ideia do patrimônio histórico nacional único. A antiga perspectiva escolar era sistematizar de maneira protocolar os saberes, quase positivistas, com a memorização de datas cívicas, sem complexidade crítica do que



significava tais fatos históricos. Segundo o autor, a escola foi “palco fundamental para teatralização do patrimônio”, e o museu sede cerimonial do patrimônio, onde se reproduzia o discurso das elites que o construíram. (CANCLINI:1998:164). Sabemos dessa perspectiva também ampliada para os museus e arquivos, mas a tendência contemporânea e dessacralizar o sagrado, é dialogar com os diferentes e buscar pontos de convergências, tornando-se um interessante desafio para quem decidi trilhar esse caminho ideológico, pois as mudanças de mentalidades são processuais.

Além disso, Canclini salienta que os desafios nas relações sociais altamente ritualizadas, inviabilizam, ou, dificultam os processos de aprendizagens na dimensão intercultural, em que o tradicionalismo não proporciona condições de dialogo para as situações da sociedade contemporânea, marcadas pelas diferenças, diversidade e desterritorialização. E diante da impotência de ligar com a interculturalidade atual, alguns segmentos sociais remontam aos ritos comemorativos como uma prática social compensatória, apartando o estrangeiro. (CANCLINI:1998:167). Ou seja, práticas sociais que exclui o diferente de determinado espaço social. Elaborando uma ponte dessa premissa devemos pensar as bibliotecas, arquivos e campo arqueológicos para todos aqueles segmentos sociais interessados no processo permanente de construção do conhecimento. E, por que não tais instituições sociais acima citadas para todos os interessados, em compartilhar experiências, contribuir para uma educação patrimonial dialógica?

No campo da arqueologia temos autores como Pedro Paulo Funari, Maria Cristina Bruno e Manuela Duarte Cândido que colaboram com questões importantes na área de Arqueologia Pública e educação patrimonial nas pesquisas arqueológicas, que geralmente circulam apenas no universo da academia, em especifico em determinadas faculdades.

CONCLUSÃO

Diante do exposto: na Introdução, no primeiro momento da experiência nas graduações da UFF, no segundo momento da experiência na graduação na UFPI, e por fim, no entrelaçamento das experiências com o referencial teórico, compreendemos que possuímos um terreno árduo, complexo e desafiador de propor o conceito e a metodologia de educação em patrimônios patrimonial para nossos discentes, com participação dos docentes. Considerando que não depende apenas da Universidade, mas uma série de fatores. Necessitamos de uma ação conjunta: mudanças de mentalidades de diversos sujeitos sociais, o



futuro profissional em formação, os profissionais consolidados nas instituições a fim de apoiarem novas ações, e tais mudanças de paradigmas e parcerias mais concretas entre a universidade e os espaços de educação não formal: museus, arquivos, bibliotecas e sítio arqueológico.

Além disso, apontamos muitas indagações, que apenas iniciamos o fio dos muitos teceres, que ainda serão entrelaçados.

Por esses motivos expostos, acreditamos na declaração do psicanalista Bruno Belthleim, em que os museus devem ser espaços de assombramento, curiosidade e encantamento das crianças. Ampliando essa ideia para as instituições sociais do nosso recorte, bibliotecas, arquivos e sítios arqueológicos, acreditamos que elas devem ser lócus da curiosidade e encantamento de todos, da humanidade.

Referências Bibliográficas

BELTHLEIM, Bruno. *As crianças e os museus*. In: A Viena de Freud e outros ensaios. Rio de Janeiro: Campus, 1991

BRUNO, Maria Cristina. *Estudos da cultura material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios*. Cultura Material e Patrimônio de C&T.

CABRAL, Magaly. *O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade*. In: Revista Brasileira de Museus e Museologia. 1ª edição. MUSAS. IPHAN, 2001.

CÂNDIDO, Manuelina. *Educação patrimonial em variados territórios: relatos de uma experiência itinerante*. In: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Anais XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. CD ROM.

_____; NEVES, Katia. *Musealização, Arqueologia e Educação*. In: Educación y Antropología, jul. 2001. Argentina. CD ROM.

_____; FORTUNA, Carlos; POZZI, Henrique. *A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros*. In: CANINDÉ, Xingó, nº1. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CARTER, Karin. *Educação Patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável*. In: João Pessoa: Inf. & Soc. v.14, n.2, p.31-52, jul/dez., 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php>>. Acesso em: 7 jul. 2010.

CANCLINI, Nestór. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2011.



HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

MEDEIROS, Mércia; SURYA, Leandro. *A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Gilberto. Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2012.

MINAYO, Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: editora Vozes, 18 ed., 2001.